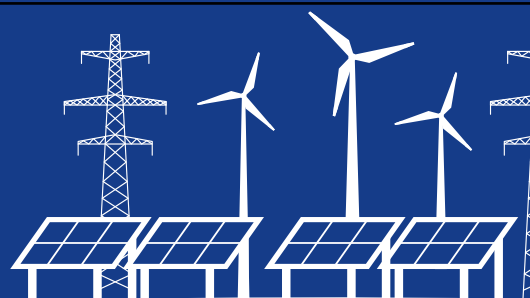




Companhia Estatal de Distribuição
de Energia Elétrica - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

www.equatorialenergia.com.br



Demonstrações contábeis resumidas: As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/ceee-d/>; • https://www.b3.com.br/pt_br/; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=20648>; • <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)				
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	83.929	464.985		
Aplicações financeiras	801.916	855.204		
Contas a receber de clientes	1.041.486	970.078		
Impostos e contribuições a recuperar	244.682	378.494		
Outros ativos circulantes	378.874	394.859		
Total do ativo circulante	2.550.887	3.063.620		
Contas a receber de clientes	129.560	144.455		
Impostos e contribuições a recuperar	326.816	341.793		
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	189.404	–		
Ativo financeiro da concessão	782.759	609.396		
Intangível	2.611.285	2.188.714		
Ativos de contrato	1.213.912	1.061.547		
Outros créditos a receber	408.114	242.331		
Total do ativo não circulante	5.661.850	4.588.236		
Total do ativo	8.212.737	7.651.856		
			Passivo	
			Circulante	
			Fornecedores	545.894
			Fornecedores - risco sacado	40.916
			Empréstimos e financiamentos	40.714
			Debêntures	375.884
			Impostos e contribuições a recolher	187.435
			Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	315.422
			Provisão para riscos judiciais	390.829
			Outros passivos circulantes	323.949
			Total do passivo circulante	2.221.043
			Não circulante	
			Empréstimos e financiamentos	2.013.848
			Debêntures	3.271.216
			Impostos e contribuições a recolher	2.638.250
			Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	–
			PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	230.478
			Provisão para riscos judiciais	496.023
			Benefício pós-emprego	720.421
			Outras contas a pagar	239.789
			Total do passivo não circulante	9.610.025
			Passivo a descoberto	
			Capital social	3.385.861
			Ajuste de avaliação patrimonial	(1.074.793)
			Reserva de capital	1.570
			Prejuízos acumulados	(5.930.969)
			Total do passivo a descoberto	(3.618.331)
			Total do passivo e passivo a descoberto	8.212.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia ou CEEE-D), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.957.519 (*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEED3 e CEED4. Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a Companhia, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle societário da CEEE-D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1. Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 329.844 (R\$ 240.898 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram a normalidade a partir de agosto de 2024 e, que os impactos decorrentes do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2024 não comprometeram sua continuidade operacional. Adicionalmente, em 2024 foram realizadas captações para alongamento da dívida nas ordens de R\$ 400.000, referente a empréstimos e financiamentos e de R\$ 500.00, referente a emissão de Debêntures, trazendo maior fôlego para o caixa da Companhia. A Companhia, apresenta resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo desde a entrada do novo acionista controlador em 2021, devido a melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada (8.480 GWh em 2024 e 8.277 GWh em 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o referido resultado foi de R\$ 284.664 (R\$ 305.487 em 31 de dezembro de 2023). No entanto, a Companhia vem apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 601.989 e prejuízo de R\$ 438.888 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 197.305 e R\$ 451.559, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Fortalecimento das ações de cobrança; (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate as perdas em 2024 (230 equipes em 2023), além da expansão do número de ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.2. Evento climático de maio de 2024:** Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo de chuvas fortes e persistentes que causaram alagamentos e enchentes em diversas regiões. Foram afetados 469 municípios no Estado e dos 72 municípios atendidos pela Companhia, 51 foram afetados, com 226 mil clientes interrompidos no pico do evento. Em função do evento climático, aproximadamente 1.290 unidades consumidoras deixaram de existir, o que representa 0,07% do total de UCs atendidas pela Companhia. Como consequência do evento climático, a Companhia reconheceu um impacto líquido de R\$ 27.263 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referente a provisões reconhecidas devido a perdas de estoques, baixa de ativos, além de despesas relacionadas a ações comerciais e outros gastos diversos. A Companhia está em fase de regulação dos valores mais significativos junto às seguradoras, ainda sem previsão de recebimento, considerando que ainda está em andamento as inspeções dos materiais sinistrados e análise da documentação apresentada, com base em suas apólices de risco operacional e de responsabilidade civil. Importante ressaltar que as apólices cobrem de forma integral todos os sinistros identificados, restando apenas a avaliação do valor definitivo a ser recebido. Até o momento, a Companhia registrou R\$ 4.500 referente aos adiantamentos recebidos e/ou aprovados pela seguradora. Em razão do processo de avaliação do sinistro ainda estar em andamento, permanecem em discussão os demais pleitos a serem reconhecidos pela seguradora. A ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1.092 de 14 de maio de 2024, contendo a flexibilização das regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica para enfrentamento da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, considerando aspectos comerciais, econômico-financeiros e técnicos. As principais flexibilizações comerciais e financeiras tiveram prazo de duração de 90 dias. Não existem impactos significativos entre esta data e a data de encerramento do exercício de 2024. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. **2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados em Reais foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas	7.510.188	6.783.629
Insunhos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)	(4.738.268)	(4.107.686)
Valor adicionado bruto	2.771.920	2.675.943
Amortização	(158.280)	(148.866)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	2.613.640	2.527.077
Valor adicionado recebido em transferência	789.309	480.306
Valor adicionado total a distribuir	3.402.949	3.007.383
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	106.719	202.575
Impostos, taxas e contribuições	2.186.511	2.030.782
Remuneração de capitais de terceiros	1.548.607	1.525.585
Remuneração de capitais próprios	(438.888)	(451.559)
Valor adicionado	3.402.949	3.007.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **2.4.1. Julgamentos e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1. Receita operacional:** **3.1.1 Reconhecimento de receita operacionais:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratada, ou seja, quando consome a energia. A Companhia reconhece a receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável). **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados a concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado, e • Parcela remanescente do ativo finan-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Receita operacional líquida	5.339.988	4.792.835
Custos de energia elétrica, construção e operação	(4.289.719)	(3.763.634)
Lucro bruto	1.050.269	1.029.201
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(316.680)	(132.087)
Despesas gerais e administrativas	(192.566)	(389.367)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(115.756)	(33.779)
Outras despesas operacionais, líquidas	(140.603)	(168.481)
Total de despesas operacionais	(765.605)	(723.714)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	284.664	305.487
Resultado financeiro	(772.541)	(757.046)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(487.877)	(451.559)
Impostos sobre o lucro	48.989	–
Prejuízo do exercício	(438.888)	(451.559)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(438.888)	(451.559)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa e benefícios pós-emprego	174.919	(158.994)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	174.919	(158.994)
Total resultados abrangentes	(263.969)	(610.553)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(601.987)	(197.305)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(735.494)	(912.427)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	956.425	1.159.609
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(381.056)	49.877
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	464.985	415.108
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	83.929	464.985
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(381.056)	49.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.385.861	722	(1.090.718)	(5.040.522)	(2.744.657)
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	–	574	–	–	574
Resultado abrangente do exercício					
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	–	–	(173.099)	–	(173.099)
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	–	–	14.105	–	14.105
Prejuízo do exercício	–	–	–	(451.559)	(451.559)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.385.861	1.296	(1.249.712)	(5.492.081)	(3.354.636)
Valor justo das opções de compra - <i>vesting period</i>	–	274	–	–	274
Resultado abrangente do exercício					
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	–	–	264.057	–	264.057
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	–	–	(89.138)	–	(89.138)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(438.888)	(438.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ceiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/venida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras, bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCP 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4. Ativos intangíveis:** **3.4.1. Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2. Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4.3. Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou